



FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL

CNPJ: 20.119.509/0001-65

Registro ANS nº 37821-6

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NOTAS EXPLICATIVAS E
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

MODALIDADE DE AUTOGESTÃO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

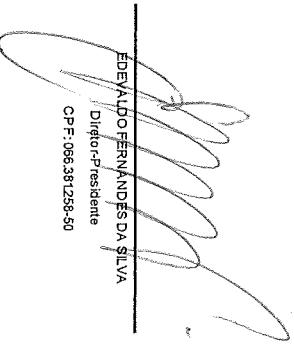
QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL


Em R\$ mil

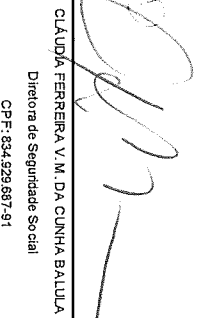
ATIVO	Nota explicativa		PASSIVO	Nota explicativa	
	2.017	2.016		2.017	2.016
ATIVO CIRCULANTE	37.215	30.829	PASSIVO CIRCULANTE	8.693	9.449
Disponível	130	173	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	7.781	8.413
Realizável	37.085	30.656	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	842	905
			Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	2.701	3.586
Aplicações Financeiras	4.1	24.163	Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	4.238	3.922
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	31.995	10.213	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	16	15
Aplicações Livres	412	13.950	Contraprestações/Prêmios a Restituir	2	1
			Receita Antecipada de Contraprestações	-	-
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	4.664	4.445	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	14	14
Contraprestações pecuniárias a receber	4.278	3.984	Débitos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora	4	8
Outros Créditos de Oper. Com Planos Assist. à Saúde	386	461	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	153	180
			Débitos Diversos	739	833
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	5	2			
Bens e Títulos a Receber	4.4	2.046	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.216	3.238
			Provisões	5.216	3.238
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.135	1.782	Provisões para Ações Judiciais	4.8	3.238
Realizável a Longo Prazo	2.135	1.782	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	25.441	19.924
Depósitos Judiciais e Fiscais	4.5	1.782	Reservas	25.441	19.924
			Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	4.10	19.924
TOTAL DO ATIVO	39.350	32.611	TOTAL DO PASSIVO	39.350	32.611

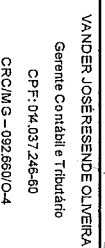
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

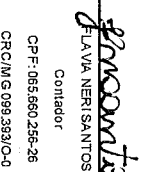
FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL - Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6


EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente
CPF: 086.381.258-50


EUGÊNIA BOSSI FRA GAL
Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87


CLÁUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALLUA
Diretora de Seguridade Social
CPF: 834.529.887-91


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 04.037.246-60
CRC/M-G - 092.650/O-4


FLÁVIA NERI SANTOS
Contador
CPF: 065.660.256-26
CRC/M-G 099.333/O-0

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Descrição	Nota Explicativa	Em R\$ mil	
		2017	2016
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		49.860	46.143
<u>Receitas com Operações de Assistência à Saúde</u>		<u>49.860</u>	<u>46.143</u>
Contraprestações Líquidas	5.1	49.860	46.143
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	-
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos		(40.080)	(37.135)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	5.4	(39.764)	(36.943)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(316)	(192)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		9.780	9.008
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	5.2	1.232	2.603
Operadora		<u>3</u>	<u>3</u>
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		3	3
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assistência à Saúde	5.5	(1.168)	(1.154)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(1.084)	(760)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência a Saúde		135	3
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(219)	(397)
Outras Despesas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora		(2)	(1)
RESULTADO BRUTO		9.845	10.459
Despesas Administrativas	5.6	(7.591)	(7.104)
Resultado Financeiro Líquido		3.263	2.875
Receitas Financeiras	5.3	3.351	2.984
Despesas Financeiras		(88)	(109)
RESULTADO LÍQUIDO		5.517	6.230

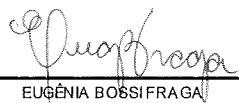
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL
Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6


EDEVALDO FERNANDES DA SILVA


Diretor-Presidente

CPF: 066.381258-50


EUGÊNIA BOSSI FRAGA

Diretora Administrativa e Financeira

CPF: 645.372.346-87


CLÁUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALULA

Diretora de Seguridade Social

CPF: 834.929.687-91


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA

Gerente Contábil e Tributário

CPF: 014.037.246-60

CRC/MG - 092.660/O-4


FÁTIMA NERIS SANTOS

Contador

CPF: 065.660.256-26

CRC/MG 099.393/O-0

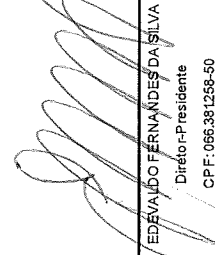
QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

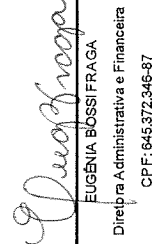
Em R\$ mil

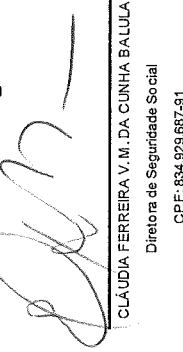
Descrição	Nota Explicativa	Superávit (Déficit) Apurado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		7.052	7.052
Destinação do Superávit:			
Superávit Líquido do Exercício		6.642	6.642
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		13.694	13.694
Destinação do Superávit:			
Superávit Líquido do Exercício		6.230	6.230
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		19.924	19.924
Destinação do Superávit:			
Superávit Líquido do Exercício		5.517	5.517
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	4.10	25.441	25.441

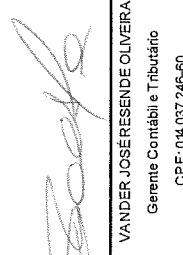
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

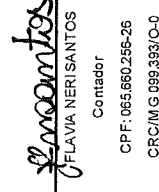
FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL - Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6


EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
 Diretor-Présidente
 CPF: 066.381.258-50


EUGÊNIA BOSSI FRAGA
 Diretora Administrativa e Financeira
 CPF: 645.372.346-87


CLÁUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALULA
 Diretora de Seguridade Social
 CPF: 834.929.667-91


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
 Gerente Contábil e Tributário
 CPF: 014.037.246-60
 CRC/IMG - 092.660/O-4

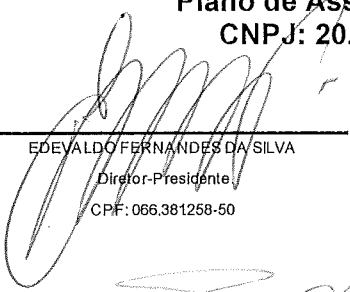

FLÁVIA NERIS SANTOS
 Contador
 CPF: 065.860.256-26
 CRC/IMG 099.393/O-0

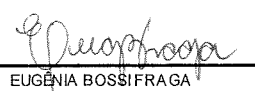
**QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO DIRETO**

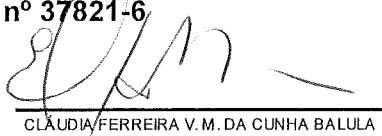
Descrição	Nota Explicativa	Em R\$ mil	
		Exercício 2017	Exercício 2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Planos Saúde		52.249	48.209
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		68.438	54.963
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		2.077	
(+) Outros Recebimentos Operacionais	2.2	100.720	89.350
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde		(40.599)	(37.586)
(-) Pagamento de Comissões			
(-) Pagamento de Pessoal		(5.421)	(4.488)
(-) Pagamento de Pró-Labore			
(-) Pagamento de Serviços Terceiros		(1.522)	(1.429)
(-) Pagamento de Tributos		(2.469)	(1.897)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)		(221)	(294)
(-) Pagamento de Aluguel		(147)	(156)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade		(45)	(32)
(-) Aplicações Financeiras		(76.104)	(56.848)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	2.2	(96.999)	(89.792)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(43)	0
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento			
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento			
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		0	0
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES			
Disponível - Saldo Inicial		173	173
Disponível - Saldo Final		130	173
		(43)	0
Ativos Livres no Início do Período		14.123	14.174
Ativos Livres no Final do Período		542	14.123
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. - RECURSOS LIVRES	4.1	(13.581)	51

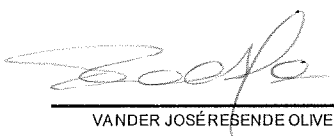
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

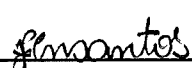
FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL
Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão
CNPJ: 20.119.509/0001-65 - Registro ANS nº 37821-6


EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente
CPF: 066.381258-50


EUGÊNIA BOSSI FRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87


CLÁUDIA FERREIRA V. M. DA CUNHA BALULA
Diretora de Segurança Social
CPF: 834.929.687-91


VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 04.037.246-60
CRC/MG - 092.660/O-4


FLÁVIA NERI SANTOS
Contador
CPF: 065.660.256-26
CRC/MG 099.393/O-0



FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL

Plano de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão

CNPJ: 20.119.509/0001-65

Registro ANS nº 37821-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), privada, sem fins lucrativos, constituída em 31 de agosto de 1992, por prazo indeterminado, para administrar Planos de Benefícios Previdenciários e Planos de Assistência à Saúde na modalidade de Autogestão.

A Fundação é resultante da fusão entre a PREVICAXA – Fundação de Seguridade Social da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais e a FUNDASEMG – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, esta última, constituída no ano de 1977.

Na Fundação, todos os resultados auferidos são vinculadas aos Planos que administra. Portanto, não gera e nem distribui lucro ou participações em investimentos. Cada Plano é gerido de forma segregada frente aos demais, possuindo responsabilidades e compromissos apenas com a massa de participantes a ele vinculados e, de acordo com seus regulamentos, com seus dependentes e beneficiários.

A Fundação Libertas observa a legislação aplicada às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, principalmente as Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001.

A partir da Lei Complementar 109/2001, as EFPC que, na data da publicação da referida Lei Complementar, prestavam a seus participantes e assistidos serviços de assistência à saúde puderam continuar a fazê-lo, desde que fosse estabelecido um custeio específico para estes planos e que a sua contabilização e o seu patrimônio fossem mantidos em separado em relação aos planos previdenciários.

Neste sentido, a Fundação Libertas administra Planos de Assistência à Saúde na modalidade de AUTOGESTÃO (com e sem Mantenedora), com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) através do número 37.821-6, sendo custeada pelas patrocinadoras, participantes e assistidos, conforme o caso, em cada um dos Planos de Assistência à Saúde em operação, vinculados à Fundação Libertas:

- Plano Assistencial Fundação Libertas;
- Plano Assistencial Prodemge;
- Plano Assistencial Minas Caixa;

A contabilidade é realizada por equipe própria em sua sede, situada no município de Belo Horizonte/MG, sendo registrada em livros obrigatórios, base para elaboração destas Demonstrações Contábeis, com observância das disposições legais vigentes.

A Missão da Fundação Libertas é: *"Contribuir para proteção e segurança dos nossos participantes e beneficiários, construindo com eles, patrocinadores e instituidores uma sociedade melhor"*.

1.1 Quantidade de Participantes

Em 31 de dezembro de 2017, a Fundação, possuía um total de 8.809 participantes sendo a distribuição em cada um dos Planos de Assistência à Saúde apresentado conforme tabela a seguir:

PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE								
Planos	2017				2016			
	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL	Ativos / Assistidos	Dependentes	Beneficiário Contribuinte	TOTAL
FUNDAÇÃO LIBERTAS	140	153	44	337	133	146	51	330
PRODEMGE	1.143	1.033	425	2.601	1.112	1.013	408	2.533
MINASCAIXA	2.394	1.898	1.579	5.871	2.542	2.101	1.756	6.399
TOTAL	3.677	3.084	2.048	8.809	3.787	3.260	2.215	9.262

As variações apresentadas entre os exercícios ocorrem devido à movimentação de participantes nos termos dos regulamentos de cada plano. Observam, principalmente: novas adesões; encerramento de vínculo junto ao plano; atualização cadastral; e inscrições/desligamentos de dependentes.

1.2 Outras informações

1.2.1 Planos de Assistência à Saúde Extintos

A Fundação Libertas possui registros patrimoniais referentes aos Planos denominados IMA, MGS e COMIG, que já foram extintos junto à ANS. Os referidos valores são compostos por, em sua maioria, Aplicações Financeiras e Provisões de débitos, cuja exigibilidade está sendo apurada.

1.2.2 Planos Previdenciais

Além dos Planos de Assistência à Saúde, a Fundação Libertas administra planos de benefícios previdenciais patrocinados pelas seguintes empresas:

- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG);
- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG);
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA/MG);
- Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE);
- Fundação Libertas de Seguridade Social.
- Minas Gerais Administração e Serviços S/A (MGS).

Handwritten signature

Handwritten checkmark

Handwritten signature

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis da Fundação Libertas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), atendendo a planificação contábil desta última, para as demonstrações e registros dos Planos de Assistência à Saúde.

Desta forma, a Fundação Libertas possui dois grupos de Demonstrações Contábeis e Financeiras. Sendo que, nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPIC e PREVIC, são apresentados apenas os saldos totais do Ativo, Passivo e movimentações patrimoniais totais ocorridas nos planos de assistência à saúde.

Já as movimentações realizadas em conformidade com as normas da ANS são apresentadas de forma segregada nestes Demonstrativos Financeiros dos Planos Assistenciais.

Os registros constantes nestes demonstrativos são apresentados de forma conjunta em relação aos Planos de Assistência à Saúde. A movimentação individual relacionada a cada Plano é acompanhada de forma gerencial.

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em milhares de Reais, em consonância com o artigo 289, §6º da Lei nº 9.457/97. O exercício social tem seu início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.

2.1 REGISTRO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas de uma EFPC devem ser registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), ente contábil criado com esta finalidade. O Demonstrativo do Plano de Gestão Administrativa obedece às regras dispostas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pela Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC).

Por consequência, todas as despesas administrativas, bem como as contingências de cunho administrativas da Fundação Libertas, inclusive aqueles referentes aos Planos de Assistência à Saúde, são registradas no PGA, sendo que as despesas administrativas de planos de assistência à saúde são integralmente custeadas pelos mesmos.

Nestes Demonstrativos Financeiros dos Planos de Assistência à Saúde também constam o registro dessas despesas Administrativas, conforme Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 29 de 31 de agosto de 2009 (Item 5.6 desta nota).

2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

De acordo com a Resolução Normativa 418 de 26 de dezembro de 2016, a Demonstração de Fluxo de Caixa apresenta o saldo das contas "Caixa" e "Bancos Conta Depósito", acrescidos do montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais. Isso é, as aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

Neste demonstrativo, os registros da movimentação das aplicações financeiras foram contemplados no grupo de Atividades Operacionais, em conformidade com as informações constantes no Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS.

Os valores registrados nos grupos "Outros Recebimentos Operacionais" (R\$ 100.720 mil) e "Outros Pagamentos Operacionais" (R\$ 96.999 mil), referem-se à movimentação das aplicações financeiras e resgates, registradas em conta de custódia, para posteriormente serem destinadas aos Ativos Financeiros da Fundação.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Operadora estão descritas a seguir:

3.1 Estimativas financeiras

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às EFPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente:

- Ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados como Aplicações Financeiras: apurados conforme manual de precificação do agente custodiante (Item 4.1);

- Provisões para contingências: cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados responsáveis pelas ações, observadas as diretrizes da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.180 de 24 de julho de 2009 (Item 4.8);
- Provisões técnicas de operações de assistência à saúde: calculadas com base nas regras estabelecidas pela ANS, excetuando-se a "provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros", que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela operadora. (Item 4.6)

A liquidação ou realização das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente, quando aplicáveis.

3.2 Instrumentos Financeiros de Ativos

Os instrumentos financeiros da Fundação estão restritos às aplicações financeiras e recebíveis, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Fundação foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- a) Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos de operações com planos de assistência à saúde, os créditos não relacionados com plano de saúde da operadora e provisão para perdas. São reconhecidos pelo valor nominal de realização (Item 4.2 e 4.3).
- b) Aplicações financeiras: estão demonstradas pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2017, e estão ajustados à valor de mercado (Item 4.1).

O valor de mercado reconhecido em suas demonstrações financeiras representa o montante de caixa que a Fundação receberia, se fossem liquidadas as transações na data do balanço.

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços pela melhor estimativa dos respectivos valores, líquidos das Provisões para Perda sobre Créditos.

3.3 Registro dos ativos

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos são registrados pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa e disponibilidades, saldos positivos em conta de movimento e aplicações financeiras livres (item 4.1), com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado na data de fechamento do balanço. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.3.2 *Contraprestações pecuniárias a receber*

São demonstradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias para planos coletivos (Item 4.2).

3.4 Registro dos passivos

Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de efetivo desembolso.

Os passivos são classificados como circulantes quando sua liquidação ocorre nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes e atualizados, quando aplicável, pelos encargos previstos.

3.4.1 *Provisões para ações judiciais*

As provisões de contingências são constituídas para os casos de probabilidade de perda PROVÁVEL cujo desembolso possa ser mensurável, com base na opinião dos assessores jurídicos da Fundação, ou quando da ocorrência de bloqueio ou depósito judicial (Item 4.8).

A Fundação Libertas também é parte de ações judiciais cuja avaliação dos seus assessores jurídicos é considerada como perda POSSÍVEL ou REMOTA. Para estes casos não existe provisão constituída por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/09.

3.5 Apuração do resultado

- **Receitas:** o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas são originadas, principalmente, das contraprestações mensais (Item 5.1), além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio (Item 5.3).
 - **Renegociação de débitos:** Eventuais renegociações de débitos, em curso, realizadas por beneficiários são reconhecidas no momento da liquidação da parcela.
- **Despesas:** O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário, contudo, os eventos e sinistros conhecidos. Os registros contábeis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede contratada (Item 5.4).

Para os casos em que os atendimentos ocorrerem sem o conhecimento da operadora, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados - PEONA), nos moldes da legislação em vigor.

4 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS PATIMONIAIS

4.1 Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada na tabela a seguir, demonstrando a segregação entre "Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas" e "Aplicações Livres".

Devendo, a totalidade do valor constituído das Provisões Técnicas (Item 4.6), ser lastreadas por estes Ativos Garantidores na proporção de, no mínimo, um para um.

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Aplicações Vinculada às Provisões Técnicas	6.784	6.190
Aplicações Não Vinculadas	25.211	4.023
SUB – TOTAL I		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	31.995	10.213
Aplicações Não Vinculadas	412	13.950
SUB – TOTAL II		
Aplicações Livres	412	13.950
TOTAL	32.407	24.163

As Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas estão aplicadas em um Fundo de Investimento, sob gestão do BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Já as demais aplicações financeiras são realizadas por meio de Fundo de Investimento sob gestão do Santander Brasil Asset Management DTVM S/A, que estão livres de vinculação junto à ANS.

As aplicações financeiras distribuídas para cada plano, em operação, são assim demonstradas:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 4.027 mil (R\$ 3.352 mil em dez/2016)
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 3.373 mil (R\$ 4.541 mil em dez/2016)
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 24.530 mil (R\$ 16.168 mil em dez/2016)

No exercício de 2017, a Fundação Libertas realizou uma realocação na distribuição de seus investimentos, o que justifica a variação de R\$ 13.538 mil entre os grupos de “Aplicações Livres” para “Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas”.

4.2 Contraprestações pecuniárias a receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber das patrocinadoras e participantes dos planos de assistência à saúde administrados pela Entidade, conforme segue:

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Contraprestações	4.890	4.625
Provisão para Perdas	(612)	(642)
TOTAL	4.278	3.984

Do total de Contraprestações Pecuniárias a Receber, R\$ 3.585 mil (R\$ 3.897 mil em 2016) representam débitos a vencer; R\$ 869 mil (R\$ 435 mil em 2016), são débitos vencidos em até 90 dias e R\$ 436 mil (R\$ 293 mil em 2016), são débitos vencidos acima de 90 dias.

Foram constituídas Provisões para Perdas Sobre Créditos vencidos em conformidade com os normativos vigentes, independentes das práticas e processos de cobrança (administrativas e judiciais) adotadas pela fundação.

4.3 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde

Refere-se à coparticipação paga pelos beneficiários em função da utilização de procedimentos médicos, de acordo com as regras dos planos de assistência à saúde administrados pela Fundação Libertas. Estes valores são

registrados no ativo a receber, reduzindo o total das despesas do Plano, e são compostos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por:

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Participação de beneficiários	499	782
Provisão para Perdas	(114)	(321)
TOTAL	386	461

4.4 Bens e Títulos a Receber

No encerramento do exercício de 2016, constavam registros de direitos a receber que foram liquidados durante o exercício de 2017, a saber:

- Depósitos judiciais realizados no âmbito do Plano de Gestão Administrativa, para garantir as discussões relacionadas ao suposto débito do ISSQN entre o período de março de 2014 a julho de 2016, conforme item 4.9.2. Recebido em Junho de 2017 o valor de R\$ 2.390 mil (Montante histórico de R\$ 2.044 mil)
- Valores à Receber de Plano previdencial, decorrente do ressarcimento de Bloqueio Judicial. Recebido em Outubro de 2017 o montante de R\$ 553 mil (Montante histórico de R\$ 306 mil)
- Valores à Receber, decorrente de Pagamento de procedimento médico por Liminar Judicial. Ressarcido em Agosto de 2017 o montante de R\$ 355 mil (Valor histórico de e R\$ 313 mil).

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Direito sobre depósitos judiciais (ISSQN)	-	2.044
Direitos a receber de Planos Previdenciais	-	306
Direitos a receber decorrente de Liminar Judicial	-	313
Outros valores à receber	9	3
Provisão para Perdas	-	(620)
TOTAL	9	2.046

4.5 Depósitos judiciais e fiscais

O grupo contábil demonstra os depósitos judiciais realizados no âmbito dos Planos Assistenciais, no total de R\$ 2.135 mil (R\$ 1.782 mil em 2016). O registro do passivo contingencial referente a esse depósito consta no item 4.8 desta nota.

4.6 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A Fundação Libertas possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as seguintes provisões técnicas constituídas:

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	842	905
Provisão de Eventos a Liquidar para outros	2.701	3.586
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	4.238	3.922
TOTAL	7.781	8.413

A Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS reflete os valores disponibilizados pela ANS, sem deduzir os valores que podem ser objeto de contestação, por prescrição.

A Provisão de Eventos a Liquidar para outros é constituída para garantia de eventos já ocorridos e ainda não pagos. Essa provisão é realizada pelo valor apresentado pelo prestador ou beneficiário no momento da cobrança à operadora.

Sua composição, por ordem cronologia, é demonstrado da seguinte forma: Os débitos referentes ao mês de dezembro/17, que serão quitados nos meses seguintes, mediante apresentação das respectivas faturas, montam R\$ 2.695 mil (R\$ 2.741 mil em dez/2016); caso o prestador de serviço não apresente Nota Fiscal, os valores permanecem provisionados na Fundação. Para esses casos, as provisões para pagamentos cuja data de competência é superior a 120 dias, totaliza R\$ 2,5 mil (R\$ 241 mil em 2016); para aqueles com data de competência até de 120 dias, o valor provisionado é R\$ 3,4 mil (R\$ 604 mil 2016).

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) tem por objetivo o reconhecimento de valores para fazer frente ao pagamento de despesas que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos prestadores de serviços. É constituída com base em metodologia definida pela ANS.

4.7 Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil "Débitos Diversos" em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Reembolso de despesas administrativas ao PGA	693	746
Valores recebidos indevidamente	-	38
Outros	46	49
TOTAL	739	833

Mensalmente a entidade apura, por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA) – conforme item 2.1 dessa nota explicativa - a quota parte das despesas administrativas que são alocadas à gestão assistencial. Tais valores são reembolsados ao PGA pelos planos de assistência à saúde. O saldo de R\$ 693 mil (R\$ 746 mil) reflete os compromissos que serão liquidados em Janeiro de 2018.

4.8 Provisões para ações judiciais

Referem-se a 41 ações judiciais cíveis provisionadas com base na avaliação de expectativa de sucesso, classificadas como perdas prováveis, pela Gerência Jurídica da Entidade. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 5.216 mil (R\$ 3.238 mil em 2016).

Sua composição é detalhada a seguir:

- R\$ 2.540 mil, (R\$ 2.174 mil em 2016) referente à Execução Fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais (PROCON), em relação a reajuste do Plano. Para fazer face a essa demanda, consta depósito judicial no valor de R\$ 2.135 mil, conforme item 4.5.
- R\$ 2.676 mil, (R\$ 1.064 mil em 2016) referente à questionamento de participantes em relação às atividades dos Planos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Danos Morais	619	547
Procedimentos médicos	1.784	362
Reajuste de Plano	232	137
Reintegração junto ao Plano	41	17
TOTAL	2.676	1.064

Existem, ainda, ações de natureza assistencial, classificadas pelos advogados que patrocinam as causas como Possível e Remota, no montante total de R\$ 5 mil, que não está passível de contabilização, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº. 1.180 de 24 de julho de 2009.

4.9 Outras discussões judiciais

A Fundação Libertas é parte de discussões no âmbito administrativo e judicial, que envolve seu Plano de Gestão Administrativa (PGA) e que por sua vez podem afetar o resultado dos Planos de Assistência à Saúde, em razão da modificação de expectativa de sucesso, ou com base em reavaliações futuras pelos advogados condutores das ações. São descritas nos tópicos a seguir.

Da mesma forma, eventuais depósitos judiciais realizados pela Fundação em decorrência destes processos, são registrados no mesmo Plano de Gestão Administrativa (PGA). No caso de êxito por parte da Fundação, os valores levantados poderão afetar os resultados dos Planos de Assistência à Saúde de forma positiva.

Já as provisões e passivos contingenciais registrados nos planos previdenciais, não afetam os resultados dos Planos de Assistência à Saúde.

Para estes itens, não se aplica os Pronunciamentos Contábeis nº 36 (Demonstrações Consolidadas) e nº44 (Demonstrações Combinadas), pois trata-se de uma única Entidade e um único CNPJ.

4.9.1 PIS e COFINS

- PIS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de PIS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 1.530 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Como a base de cálculo do PIS é o faturamento, a Fundação defende a ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

Em abril de 2013 foi recebida intimação para efetuar o pagamento dos débitos discriminados, por ocasião do encerramento da discussão no âmbito administrativo. Subsequentemente, a Fundação ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, ocasião em que o montante de R\$ 2.534 mil foi depositado voluntariamente em juízo no mês de setembro/2013, para garantia do feito fiscal, embora a perspectiva de perda para essa ação fosse classificada como "possível". Caso a Fundação não tivesse realizado o depósito judicial, o montante do suposto débito seria de R\$ 3.137 mil. O valor atualizado do depósito judicial, em dezembro de 2017 perfaz o montante de R\$ 3.776 mil.

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1.

- PIS - Período posterior a 2006

A partir de 2006 e até o mês de dezembro de 2014, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o PIS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor dos depósitos realizados, atualizados para o fechamento de dezembro de 2017, era de R\$ 2.530 mil. (Valor histórico de R\$ 1.426 mil)

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e

no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do PIS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores passaram a ser recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

- COFINS - Período de janeiro de 2000 a junho de 2005

Em 29 de junho de 2005, a Fundação Libertas foi autuada pela Secretaria da Receita Federal quanto ao recolhimento de COFINS do período compreendido entre os meses de janeiro de 2000 e junho de 2005, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.429 mil, já incluídos juros de mora e multa proporcional.

Como a base de cálculo do COFINS é o faturamento, a Fundação defende a ausência de fato gerador, bem como de receita tributável por parte da Fundação.

O processo está tramitando na esfera administrativa, junto à Delegacia da Receita Federal. A perspectiva de perda para essa discussão é "possível", na esfera administrativa, razão pela qual não há provisão contábil reconhecida. O valor em discussão em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 15.280 mil. O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 3.729 mil. (R\$ 3.785 mil em dezembro de 2016).

- COFINS - Período posterior a 2006

A partir de 2006 e até o mês de dezembro de 2014, a Fundação Libertas passou a recolher judicialmente o COFINS, que está sendo objeto de questionamento judicial em processo distinto do descrito anteriormente. A perspectiva de perda desse processo é "Possível". O valor dos depósitos realizados, atualizados para o fechamento de dezembro de 2017, era de R\$ 14.705 mil. (valor histórico de R\$ R\$ 8.710 mil).

O depósito judicial total envolvendo Planos Previdenciais e Planos Assistenciais, bem como a respectiva provisão contingencial, consta registrado no Plano de Gestão Administrativa, conforme descrito no item 2.1

Diante da publicação da Lei 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.544 de 26 de janeiro de 2015, que alterou as definições contidas na Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998 e no Decreto Lei 1.598, de 26 de dezembro de 1977, a fim de considerar a receita bruta decorrente das atividades ou objeto principal das pessoas jurídicas, como base de cálculo para apuração do COFINS, a partir da competência Janeiro de 2015, os valores passaram a ser recolhidos normalmente aos cofres da Receita Federal.

4.9.2 Autuações ISSQN – PBH

- ISS - Período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003

No dia 15 de julho de 2005, a Entidade foi autuada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte quanto ao ISSQN próprio do período de janeiro de 1999 a dezembro de 2003, procedendo ao Lançamento de Ofício do crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 7.374 mil.

Em novembro de 2012 o processo foi baixado e encaminhado para cobrança, não mais cabendo recurso na esfera administrativa. Por entender que não se verifica nas atividades da Fundação Libertas, a ocorrência de fato gerador do ISS e diante do ajuizamento da execução fiscal a Fundação Libertas apresentou embargos à execução fiscal.

Os advogados que acompanham a ação classificaram a perspectiva de perda como "possível", motivo pelo qual a Entidade não efetuou o provisionamento contábil do valor em discussão.

Os valores em discussão, atualizados para dezembro de 2017, perfazem o montante de R\$ 28.246 mil (R\$ 27.530 mil em dez/2016). O valor atribuído aos Planos de Assistência à Saúde monta R\$ 20.205 mil. (AITI nº 12404)

- Demais discussões relacionadas ao ISSQN

Em relação as discussões quanto ao suposto crédito tributário devido a título de ISSQN, junto Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, referente ao período de novembro de 2006 a fevereiro de 2011, a Fundação obteve seu transitio em julgado, no Conselho de Recursos Tributários do Município de Belo Horizonte, com posicionamento favorável à entidade e com a decisão, por maioria de votos, pelo cancelamento das autuações havidas.

Com base nesta decisão, e subsidiado pela opinião dos advogados que patrocinam os processos junto à PBH, os depósitos judiciais realizados pela Fundação entre os meses de março de 2014 e junho de 2016, foram reavidos pela Fundação Libertas, conforme descrito no item 4.4.

4.10 Patrimônio Social

As reservas do patrimônio social compreendem as sobras de recursos acumuladas dos planos de assistência à saúde operados pela Fundação Libertas. Tais recursos são mantidos para utilizações futuras caso as despesas assistenciais superem as receitas assistenciais. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo das reservas é de R\$ 25.441 mil (Em 2016 era R\$ 19.924 mil).

O Patrimônio Social apurado para cada Plano Administrado, em operação, é de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 3.884 mil (R\$ 3.205 mil em dezembro de 2016);
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 2.046 mil (R\$ 3.397 mil em dezembro de 2016);
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 19.911 mil (R\$ 13.465 mil em dezembro de 2016).

4.10.1 Margem de Solvência

O limite de Margem de Solvência, apurada para a Fundação Libertas, no mês de dezembro de 2017, era de R\$ 11.893 mil. Este valor deverá ser observado, em relação ao Patrimônio Social, nos termos da RN nº 209/09.

A abertura para cada Plano, em operação, pode ser observada abaixo:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 360 mil;
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 2.150 mil;
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 9.383 mil

5 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

5.1 Contraprestações Líquidas

Referem-se a provisões de recebimentos, para cobertura dos procedimentos de assistência médico hospitalar dos patrocinadores e participantes dos planos. Os valores em 31 de dezembro de 2017 montam R\$ 49.860 mil (Em 2016 era de R\$ 46.143 mil). A distribuição para cada Plano, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 1.449 mil (R\$ 1.345 mil em dezembro de 2016);
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 9.295 mil (R\$ 7.536 mil em dezembro de 2016);
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 39.116 mil (R\$ 37.262 mil em dezembro de 2016.)

5.2 Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Neste grupo consta registro das receitas decorrentes de Renegociação de Débitos de Participantes, Recuperações de Despesas Administrativas e Contingenciais (vinculadas ao PGA), Receita Decorrente de Atualização de Depósitos Judiciais, bem como Outras Receitas Decorrentes de Recebimentos Diversos.

Os valores registrados em 2017, totalizaram R\$ 1.232 mil (R\$ 2.603 mil no exercício de 2016), e são assim compostos:

- Receitas decorrente de renegociação de débitos: R\$ 48 mil (conforme disposto no item 3.5).
- Recuperação de despesas administrativas e contingenciais: R\$ 100 mil.
- Receita decorrente de atualização de depósitos judiciais: R\$ 102 mil
- Atualização dos depósitos judiciais, recebidos em Junho de 2017, referente ao ISSQN (item 4.4): R\$ 346 mil.
- Receita decorrente do recebimento de recursos do Plano previdencial, decorrente de Bloqueio Judicial. Liquidado em Outubro de 2017 o montante de R\$ 306 mil (conforme disposto no item 4.4)
- Recebimento de recursos referente a Pagamento por Liminar Judicial, liquidado em Agosto de 2017 o montante de R\$ 302 mil (conforme disposto no item 4.4)
- Outras receitas: R\$ 28 mil

5.3 Receitas financeiras

No grupo denominado Receitas Financeiras são registradas: a rentabilidade das Aplicações Financeiras realizados pela Fundação Libertas; as receitas Financeiras com Operações de Assistência à Saúde, representadas por juros, multas e encargos registradas no ato do recebimento de contribuições assistenciais em atraso; outras receitas decorrentes de atualização de ativos e/ou reversões de atualização de exigíveis.

As receitas financeiras são assim apresentadas:

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Receitas de Aplicações Financeiras	2.657	2.822
Receitas com atualização de realizável - Contribuições	166	162
Receitas com atualização de realizável – Outros recebimentos	326	-
Reversão de despesas do Ressarcimento ao SUS	202	-
TOTAL	3.351	2.984

A distribuição das Receitas de Aplicações Financeiras, para cada Plano Administrado, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 360 mil;
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 412 mil;
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 2.466 mil;

5.4 Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados

São registrados os eventos conhecidos/indenizações avisadas de internações de assistência médico-hospitalar de planos com preço pós-estabelecido com base em registros auxiliares referentes a consultas, terapias, exames,

internações e outras. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os resultados dos Eventos Conhecidos ou Avisados foram os seguintes:

Em R\$ mil

	2017	2016
Consultas	5.258	3.849
Despesas com Consultas	6.914	5.158
Glosas com Consultas	(361)	(315)
Co-participação em Consultas	(1.295)	(994)
Terapias e Exames	10.870	10.305
Despesas com Terapias e Exames	12.471	11.814
Glosas com Terapias e Exames	(299)	(328)
Co-Participação em Terapias e Exames	(1.302)	(1.181)
Internações	21.161	20.668
Despesas com Internações	21.849	21.687
Glosas com Internações	(532)	(876)
Co-Participação em Internações	(156)	(143)
Outros	2.120	1.997
Despesas com Outros Atendimentos	2.125	2.111
Glosas com Outros Atendimentos	(5)	(43)
Outras recuperações	-	(71)
Despesas / Reversão de despesas do SUS	355	124
TOTAL	39.764	36.943

A distribuição das despesas totais, para cada Plano Administrado, em operação, era de:

- Plano Assistencial Fundação Libertas: R\$ 842 mil (R\$ 776 mil no exercício de 2016);
- Plano Assistencial Prodemge: R\$ 8.982 mil (R\$ 8.920 mil no exercício de 2016);
- Plano Assistencial Minas Caixa: R\$ 29.382 mil (R\$ 31.074 mil no exercício de 2016).

5.4.1 Coparticipação

Os recursos a serem recebidos à título de coparticipação durante o exercício de 2017, totalizaram R\$ 2.752 mil (2.319 mil no exercício de 2016). Sendo: R\$ 73 mil referente ao Plano Assistencial Fundação Libertas; R\$ 590 mil referente ao Plano Assistencial Prodemge e R\$ 2.089 mil referente ao Plano Assistencial Minas Caixa.

5.5 Outras despesas relacionadas com planos de saúde

Registra o montante relacionado às outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde, tais como: INSS patronal sobre serviços assistenciais (R\$ 473 mil); provisões/reversão de reclamações judiciais (R\$ 477 mil). Consta também, registro de Provisão para Perda de Contribuições em Atraso no valor de R\$ 219 mil. Em 31 de dezembro de 2017 estes registros totalizaram R\$ 1.168 mil (R\$ 1.154 mil no exercício de 2016).

5.6 Despesas administrativas

Conforme descrito no item 2.1, as despesas com administração da Entidade são contabilizadas do Plano de Gestão Administrativa, elas são rateadas entre a atividade de previdência complementar e a atividade de assistência à

saúde. As despesas administrativas inerentes à atividade de assistência à saúde registradas no PGA são reembolsadas na sua totalidade.

As despesas com administração dos planos de assistência à saúde administrados pela Fundação Libertas demonstradas na estrutura contábil exigida pela ANS, podem ser observadas abaixo:

	Em R\$ mil	
	2017	2016
Pessoal Próprio	5.573	4.742
Serviços de terceiros	648	539
Localização e funcionamento	849	822
Tributos	357	877
Despesas Diversas	164	124
TOTAL	7.591	7.104

Para a conta de Tributos a variação entre os exercícios de 2017 e 2016 é justificada pela suspensão dos depósitos judiciais referente ao ISSQN a partir do mês de junho/2016, conforme descrito no item 4.9.2.

6 EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES

Em atendimento com a Resolução Normativa 390/2015, apresentamos o quadro com identificação das despesas nos exercícios de 2017 e 2016:

DESCRIÇÃO	Em R\$ mil	
	COLETIVO POR ADESÃO	
	2017	2016
Contraprestações	49.860	46.143
Tributos diretos (PIS/COFINS)	(339)	(428)
RECEITA LÍQUIDA	49.521	45.715
Eventos indenizáveis	(39.409)	(36.819)
Consultas médicas	(4.009)	(3.848)
Outros atendimentos ambulatoriais	(1.249)	(1.067)
Exames	(7.752)	(7.687)
Terapias	(3.118)	(2.617)
Internações	(21.161)	(20.668)
Demais despesas médico- hospitalares	(2.120)	(931)
Procedimentos odontológicos	0	0
Outras formas de Pagamento	0	0
LUCRO BRUTO	10.112	8.896
Despesas de comercialização	0	0
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	10.112	8.896

7 GERENCIAMENTO DE RISCO

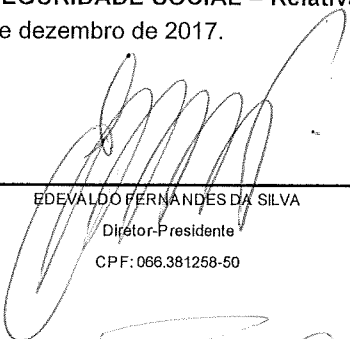
A Fundação Libertas está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Entidade, destaca-se o Risco de Crédito.

O Risco de Crédito é associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes e é atenuado pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

A Entidade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é minimizado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos de renda fixa com vencimento no curto prazo.

8 INFORMAÇÕES FINAIS

Estas notas explicativas são parte integrante das **Demonstrações Financeiras da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL – Relativas aos Planos de Assistência à Saúde - Modalidade de Autogestão**, de 31 de dezembro de 2017.




EDEVALDO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente
CPF: 066.381258-50




EUGÊNIA BOSSI FRAGA
Diretora Administrativa e Financeira
CPF: 645.372.346-87



CLÁUDIA FERREIRA V.M. DA CUNHA BALULA
Diretora de Seguridade Social
CPF: 834.929.687-91



VANDER JOSÉ RESENDE OLIVEIRA
Gerente Contábil e Tributário
CPF: 04.037.246-60
CRC/MG - 092.660/O-4



FLÁVIA NERI SANTOS
Contador
CPF: 065.660.256-26
CRC/MG 099.393/O-0